

MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA PRODUTIVA DE GOIÁS E A INSERÇÃO ECONÔMICA DO NORDESTE GOIANO PÓS DÉCADA DE 1980

Joana D'arc Bardella Castro¹
Glauber Lopes Xavier²

RESUMO

O processo de reorientação espacial da atividade econômica dos grandes centros para o interior do Brasil resultou em modificações consideráveis, sobretudo após a década de 1980, no panorama econômico de Goiás. Nesse contexto, este artigo delimita o Nordeste goiano como objeto de análise e objetiva retratar seu potencial produtivo, definir seu nível de influência na economia do Estado e identificar os entraves que impedem esta região de galgar níveis suficientes de crescimento a fim de que possa adquirir maior competitividade no cenário econômico estadual. A priori, será identificada a nova configuração regional brasileira via abordagem da concepção teórica de lugar central e área de mercado, desenvolvida por Christaller (1966) e Lösh (1954), respectivamente, e a teoria dos pólos de crescimento de Perroux (1961), além das políticas nacionais de desenvolvimento, especificamente, o II PND. Ainda será exposto o perfil da economia goiana no limiar do processo de reestruturação das forças produtivas em ordem nacional, condição *sine qua non* para permitir alterações no potencial econômico do Estado. No que tange a representatividade econômico-territorial, será identificada a área de abrangência desta região, serão elencadas suas atividades econômicas predominantes e tratadas as políticas públicas estaduais a fim de dinamizar a contribuição da região Nordeste.

Palavras-Chave:: Economia Regional. Reestruturação produtiva. Economia Goiana. Nordeste Goiano.

ABSTRACT

The process of space reorientation of the economic activity of the great centers towards the interior of Brazil resulted in considerable modifications, over all after the decade of 1980, in the economic situation of Goiás. In this context, the present article delimits the Northeast of Goiás as object of analysis and objective to portray its potential productive, to define its level of influence in the economy of the State and to identify the impediments that hinder this region to obtain sufficient levels of growth so that it can acquire greater competitiveness in the state economic scene. *Priori*, the new Brazilian regional configuration will be identified saw boarding of the theoretical conception of central place and area of market, developed for Christaller (1966) and Lösh (1954), respectively, and the theory of the polar regions of growth of Perroux (1961). Ahead of this, the national politics of development will be argued, specifically the II PND, in that if it relates to the effectiveness of its implantation, as well as the importance played for the called phenomenon March for the West in the considered period. Still the profile of the Goiás's economy in the threshold of the process of reorganization of the productive forces will be displayed orderly national, condition *sine qua non* to allow alterations in the economic potential of the State. *Posteriori*, in that it refers to the economic-territorial representation northeast of the state for Goiás, the area of abrangência

¹ Professora da UEG. Mestre em Economia de Empresas.

² Acadêmico do 4º ano do curso de Ciências Econômicas da Unidade de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas. UnUCSEH – Av. JK, Nº 146. Bairro Jundiá. Anápolis – GO. E-mail: economia@ueg.br.

of this e region will be identified will be levanted its predominant economic activities. Finally, the state public politics will be treated in order to dynamic the contribution of the Northeast region, in collection terms, for Goiás and, later, to reduce the existing regional disequilibrates.

Key Words: Regional Economy. Productive reorganization. Goias economy. Goiás Northeast.

INTRODUÇÃO

O presente artigo delimita o Nordeste goiano como objeto de análise e objetiva retratar seu potencial produtivo, definir seu nível de influência na economia do Estado e identificar os entraves que impedem esta região de galgar níveis suficientes de crescimento a fim de que possa adquirir maior competitividade no cenário econômico estadual.

Para tal, neste trabalho foi utilizado o método analítico-descritivo a partir de pesquisas bibliográficas e documentais que tratam do tema proposto. Ele se encontra dividido em três seções, o que permitirá, na medida em que se inicia pela observação da conjuntura econômica nacional e parte para o delineamento do panorama regional, neste caso Goiás - especificamente o Nordeste goiano -, a análise pormenorizada do assunto no contexto em que se insere.

Amparado pelo arcabouço teórico referente às idéias de lugar central e área de mercado, a seção 1 abordará, sucintamente, a configuração regional brasileira, tendo como enfoque a economia goiana. Serão discutidos os planos de desenvolvimento implementados em ordem nacional que, de fato, permitiram o redirecionamento das forças produtivas no Brasil. Do mesmo modo, será realizada a análise intra-regional em Goiás, cuja pretensão é demonstrar como se deu esse redirecionamento de forças em âmbito estadual e suas resultantes.

Na seção 2, a teoria de pólos de crescimento permitirá a verificação da condição econômico-territorial do nordeste goiano a partir da noção de forças de atração e repulsão de capital e trabalho.

Na seção 3, serão discutidas as especificidades do Nordeste goiano e far-se-á a exibição de alguns programas governamentais a fim de elevarem a representatividade

econômica desta região, via arrecadação, para o Estado, propiciando redução das evidentes disparidades. Nesta seção, a abordagem do caso clássico weberiano de localização orientada e da teoria ricardiana das vantagens comparativas serão de considerável utilidade para a definição dos entraves responsáveis pela obstrução do crescimento e inserção do Nordeste goiano na dinâmica do desenvolvimento da economia goiana.

Destarte, a seção final conclui o presente trabalho, apresentando os resultados segundo os objetivos estabelecidos, conforme a localidade determinada e o período considerado.

CONFIGURAÇÃO REGIONAL BRASILEIRA E O RETRATO DA ECONOMIA GOIANA

Diante da lógica do Processo de Desconcentração das forças produtivas no Brasil, intensificado sobremaneira a partir da década de 1970, com o implante do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) concomitante ao fenômeno conhecido como Marcha para o Oeste, possibilitado primordialmente pela construção de Brasília, Goiás passou por importantes modificações em seu aspecto social, político, territorial e econômico.

Essa reversão da polarização foi possível em virtude do implante de projetos oriundos do II PND, cujo foco primordial era o setor de bens intermediários, em que a produção é geralmente enraizada locacionalmente, isto é, que se localiza próxima da fonte de matéria-prima, e não próxima ao mercado.

Em todo o país, esse movimento permitiu o surgimento das chamadas “ilhas” de prosperidade ou pobreza no interior dos recortes regionais. Durante a década de 80 surgiram novas 15 Aglomerações Industriais Relevantes (AIRS) no país, resultando na elevação da participação do Nordeste brasileiro e diminuindo a participação do Sudeste e Sul em termos de AIRS.

Nesse momento, devido à ausência de políticas nacionais de desenvolvimento que contemplassem todos os estados de forma equânime, não somente Goiás como as demais unidades federativas iniciaram o implante de diversos programas que objetivavam a atração de indústrias a fim de fortalecer as economias locais. Trata-se de estimular um

desenvolvimento endógeno via fortalecimento das vantagens comparativas eminentemente regionais

Diante disso, o Centro-Sul de Goiás passa a ser visto como provável núcleo propiciador de desenvolvimento. Todos os esforços políticos são direcionados a essas localidades a fim de fortalecer o estabelecimento de indústrias e a expansão das unidades agrícolas.

Configura-se, assim, no Estado, um lugar central, determinado por um núcleo urbano original, conforme concepção desenvolvida por Christaller (1966), constituindo-se no elemento organizador da curva de oferta e demanda de bens no espaço, que delimita a área de mercado, teorizada por Lösh (1954), em que ocorre forte intensidade do fluxo de trocas, em uma área geográfica espacialmente delimitada.

Diniz; Lemos; Guerra (2003, v.2, p. 668) define claramente esse movimento:

À medida que o espaço econômico tende a se organizar no entorno de vários lugares centrais, com suas áreas de mercado, está aberta a possibilidade de reprodução de regiões e desenvolvimento de economias regionais, com níveis diferenciados de integração econômica. Ao mesmo tempo, do ponto de vista intra-regional, podem se desenvolver lugares centrais diferenciados, por ordem de tamanho e funcionalidade na oferta de bens, de maneira a se conformar sistemas urbanos hierarquizados.

Analisada sob esse aspecto, a teoria dos lugares centrais permite verificar que o desenvolvimento não ocorre de forma equânime em âmbito inter-regional, tampouco intra-regional. Pelo contrário, ele provoca intensos desníveis em termos de capacidade produtiva e crescentes disparidades sócio-econômicas entre as localidades na medida em que alguns lugares se constituem como centros de consumo coletivo, enquanto outros, pela inexistência de trocas necessárias à integração, tornam-se “vazios econômicos” ou enclaves administrativos.

Na região Centro-Oeste tal processo não foi divergente, ela se tornou uma área multipolarizada por Brasília e Goiânia, que se posicionaram como áreas de acesso a mercados regionais. Para a economia goiana, esse processo difundiu-se na emergência de regiões caracterizadas como enclaves agropecuários ou extrativos, constituídos por núcleos urbanos isolados por áreas de agricultura de subsistência, como foi o caso do Nordeste goiano.

Por outro lado, “algumas regiões específicas (Região Metropolitana de Goiânia, Entorno de Rio Verde, Catalão e Anápolis) podem ser consideradas como **pólos motrizes de desenvolvimento**, pois é a partir delas que se dá o dinamismo econômico para todo o estado”. (FREITAS, 2004, p. 38, grifo nosso).

Essa dinâmica, entretanto, assume um caráter concentrador, gerando imensas distorções nas demais localidades no que tange o rendimento nominal médio mensal de seus habitantes e até mesmo o acesso a serviços básicos como saneamento. Diante disso, as demais regiões do Estado, sobretudo a Nordeste, se mantêm a deriva do processo de integração inter-regional, dependendo amiúde da expansão econômica das áreas privilegiadas de Goiás, notadamente Sul e Sudeste, o que será exposto na seção 2 desta análise.

PANORAMA SÓCIO-ECONÔMICO E TERRITORIAL DO NORDESTE GOIANO

O Nordeste goiano compreende vinte municípios¹ e é, indubitavelmente, a região mais pobre de Goiás. Enquanto a região contribui com 11,39% de todo o espaço territorial do estado, possui apenas 147.986 habitantes, o que representa irrisórios 2,96% de toda a população do Estado. Isso configura em uma densidade demográfica de somente 3,89 hab/Km² que, comparativamente ao Estado, é quatro vezes menor (Tabela 1).

No que concerne à taxa de crescimento, abrangendo o período de 1991 a 2000, o Nordeste goiano obteve média anual de 0,99% ante 2,46% do Estado e o rendimento nominal médio mensal calculado durante o ano de 2000 foi de 381,14 reais para as famílias da região em estudo, perante 688,80 reais para as famílias das demais regiões goianas. O acesso a serviço de esgoto é benefício de apenas 0,19% de toda a população da região Nordeste enquanto que para todo o Estado, embora ainda pequeno, esse acesso represente 34% da população total (Tabela 1).

Indicadores sociais como a taxa de analfabetismo e a taxa de mortalidade infantil corroboram, por sua vez, a afirmativa de que o Nordeste goiano possui níveis extremamente

¹ Conforme os critérios estabelecidos pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Goiás, são os seguintes municípios pertencentes à Região Nordeste: Alvorada do Norte, Alto Paraíso de Goiás, Buritinópolis, Campos Belos, Cavalcante, Colinas do Sul, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Flores de Goiás, Guarani de Goiás, Iaciara, Mambai, Monte Alegre, Nova Roma, Posse, São Domingos, São João D'Aliança, Simolândia, Sítio D'Abadia e Teresina de Goiás.

baixos de desenvolvimento e, conseqüentemente, qualidade de vida comparativamente as demais regiões do Estado. Essa assimetria confere ao Nordeste goiano uma taxa de analfabetismo da ordem de 22,4%, o dobro da taxa referente à população total de Goiás que é de 10,8%. A mortalidade infantil nesta região é de 39,36 por mil nascidos vivos, enquanto que para todo o Estado essa magnitude se reduz para 26,86 por mil nascidos vivos (Tabela 1).

Tabela 1
Síntese Estatística do Nordeste Goiano

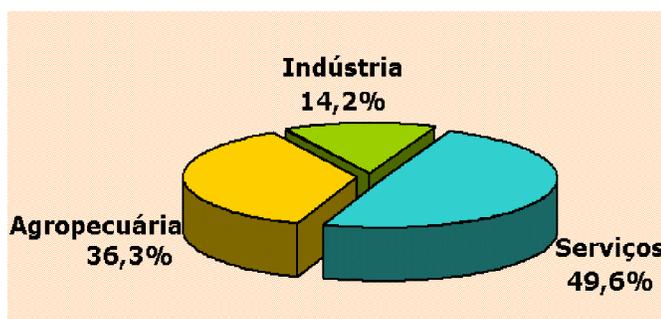
| Indicadores | Região | Estado | Região / Estado (%) |
|---|---------------|---------------|--------------------------------------|
| 1 - Municípios (n°.) | 20 | 246 | 8,13 |
| 2 - Área (km²) | 38.726,364 | 340.086,698 | 11,39 |
| 3 - População residente (hab) | | | |
| 4 . Pop. Total – 1991 | 135.378 | 4.018.903 | 3,37 |
| 5 . Pop. Total – 1996 | 140.029 | 4.514.967 | 3,10 |
| 6 . Pop. Total – 2000 | 147.986 | 5.003.228 | 2,96 |
| 7 . Pop. Total – 2001 | 149.597 | 5.116.462 | 2,92 |
| 8 . Pop. Total – 2002 | 150.638 | 5.210.335 | 2,89 |
| 9 - Taxa de crescimento anual (%) | | | |
| 10 . 1991/1996 | 0,68 | 2,36 | - |
| 11 . 1996/2000 | 1,39 | 2,60 | - |
| 12 . 1991/2000 | 0,99 | 2,46 | - |
| 13 - Rendimento nominal médio mensal – (R\$) – 2000 | 381,14 | 688,80 | - |
| 14 - Taxa de analfabetismo (%) – 2000 | 22,4 | 10,8 | - |
| 15 - Pop. Atendida (%) – 2001 | | | |
| Água | 91 | 84 | - |
| Esgoto | 0,19 | 34 | - |
| 16 - Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos) (%o) - 1998 | 39,36 | 26,86 | - |
| 17 - ICMS (R\$ mil) – 2001 | 7.298 | 2.615.326 | 0,28 |
| 18 - ICMS (R\$ mil) – 2002 | 13.577 | 3.020.447 | 0,45 |

Fonte: IBGE, SANEAGO e SEFAZ. Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatísticas Socioeconômicas - 2003. Dados Reorganizados pelo autor

A respeito das atividades econômicas predominantes na região, conforme ilustra o Gráfico 1, o setor de serviços representa 49,6%, intensivo basicamente no comércio varejista praticado, sobretudo, por estabelecimentos de pequeno porte e impulsionado pelo turismo crescente na localidade em estudo. A agropecuária se posiciona como segunda atividade de relevante importância para o Nordeste goiano, cuja participação é de 36,3% do total. Com menor representação dentre as atividades, o setor de indústrias determina 14,2% da Revista de Economia da UEG, Anápolis (GO), Vol. 2, nº 1, JAN/JUN-2006

produtividade econômica, setor este formado por estabelecimentos cuja produção agrega baixo valor aos produtos comercializados.

Gráfico 1
Participação dos Grandes Setores no PIB da Região Nordeste Goiano – 2002⁽¹⁾



Fonte: Seplan-GO/Sepin - Gerência de Contas Regionais
(1) Dados preliminares

Acerca da contribuição da região Nordeste para Goiás em termos de arrecadação, sobretudo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o ICMS, a participação desta faixa territorial para o Estado é praticamente irrelevante. Em 2002, por exemplo, essa contribuição foi de somente 0,45%, o que denota séria deficiência econômica da localidade, fruto de uma reduzida capacidade de atração para o desenvolvimento local.

Tal incapacidade, no entanto, é resultado de um processo perverso de crescimento, outrora vivenciado por Goiás, que permitiu o acirramento das disparidades regionais na proporção em que surgiram pólos de desenvolvimento de atração de capital e força de trabalho e, simultaneamente, pólos de repulsão de tais fatores, conforme teoriza Perroux (1968, p. 164):

O facto, rudimentar mas consistente, é este: o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia.

O diferencial preponderante entre ambos os pólos, todavia, se consolidou graças à construção de uma infra-estrutura necessária a integração econômica de algumas regiões de modo a permitir dinâmica em seu processo produtivo local. A partir de então, foram atraídos setores oligopolizados detentores das atividades mais evoluídas na economia.

Em Goiás, essa atratividade se deu no estabelecimento dos setores de agronegócio, indústria químico-farmacêutica e serviços nas regiões Sul, Sudeste e Metropolitana de Goiânia em detrimento das demais localidades, notoriamente desprovidas de amparo do setor público.

ESPECIFICIDADES DO NORDESTE GOIANO E POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE INSERÇÃO NA DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO ESTADUAL

O Nordeste goiano, durante a década de 80, caracterizou-se exclusivamente como economia de excedente, cujas práticas dominantes concentravam a pecuária extensiva e a agricultura de uso comum. Deficitária em meios de transporte terrestres, essa região permaneceu praticamente isolada do restante do Estado, devido ao difícil acesso a capital administrativa de Goiás e do país.

Tal conjuntura remete intrinsecamente a idéia Weberiana de localização orientada pelo custo de transporte, em que àquela região com melhor rede vinculada de transportes e, portanto, menor custo unitário, seria favorecida na capacidade de polarização.

A partir de meados da década de 80, a região Nordeste de Goiás, sobretudo a microrregião da Chapada dos Veadeiros, passa a ser palco de estímulos estatais na busca pela inserção do capital privado. Nesse ínterim, são anexadas terras de baixo valor para o implemento de atividades exclusivamente agropecuária e intensificada a incorporação das múltiplas fronteiras goianas.

Nesse contexto, a construção da Belém-Brasília propiciou a superposição da frente pioneira sobre a frente de expansão e inaugurou nova expansão demográfica, econômica e cultural do Norte e Nordeste Goianos. A efeito imediato, ocorreu a valorização, o parcelamento das terras, o aumento do fluxo migratório e o deslocamento populacional para as margens da rodovia e estradas vicinais (RIGONATO, p.3, 2003).

Entretanto, conforme observa Carvalho (2003, p.13) “há tempos é perceptível nos discursos políticos o interesse pelo desenvolvimento das regiões mais carentes – a exemplo, o Nordeste goiano -, ironicamente essa região é a mais vitimada pela negligência do Estado”.

Ainda, segundo Rigonato (2003 *apud* BARREIRA, 2002, p. 89):

O Nordeste Goiano apresenta muitas características de pobreza e miséria, aliadas a uma dinâmica ambiental tida como problemática: estação seca muito longa, áreas de relevo alto, solo em sua maior parte pobres e extensas áreas de cerrado, que até pouco não representava atrativos, mas empecilho à utilização econômica

O Estado de Goiás, todavia, após a década de 90 e seguindo uma diretriz em âmbito nacional, abandona seu papel de agente sustentador dos programas de desenvolvimento e se posiciona como mero indutor desse processo, deixando a cargo do setor privado planejar e executar o desenvolvimento.

Como resultado, o Nordeste Goiano tem logrado desprezíveis taxas de crescimento e uma população que vive em condições absolutamente precárias, conseqüência do difícil acesso a serviços básicos de saúde, educação e moradia.

“A falta de políticas públicas que visem democratizar o capital tem sido um dos fatores fundamentais para que as desigualdades sócio-territoriais surjam e formem um modelo econômico baseado na desintegração regional”. (FREITAS, 2004, p. 36, grifo nosso).

No afã de se integrar à dinâmica do desenvolvimento estadual, essa região tem buscado, no turismo, o estabelecimento – em alusão a teoria ricardiana – de sua vantagem comparativa em relação às demais, a fim de obter competitividade e atrair investimentos. Essa busca, por sua vez, deve contemplar as peculiaridades da região, ou seja, se direcionar em atividades que demandem o perfil de força de trabalho e recursos naturais disponíveis, permitindo, então, incorporar a população local excluída e gerar uma dinâmica com auto-sustentabilidade.

Nessa perspectiva, a ação política contemporânea tem sido a tentativa de estimular a prática turística no Nordeste Goiano, especificamente na microrregião da Chapada dos Veadeiros que ostenta rica biodiversidade formada por quedas d’água, córregos, rios cristalinos e diversas tradições. Para isso, o Governo do Estado de Goiás, via Secretaria de Revista de Economia da UEG, Anápolis (GO), Vol. 2, nº 1, JAN/JUN-2006

Planejamento e Desenvolvimento, apresenta o Programa Nordeste Novo que tem como pretensão estimular o aumento da produtividade agrícola, o desenvolvimento da agroindústria e aproveitar os potenciais turísticos da região, incentivando, em parceria com a iniciativa privada, as atividades econômicas vinculadas a este setor.

No entanto, é notório que as políticas de desenvolvimento regional devem considerar, em sua essência, as particularidades dos locais a que serão direcionadas. Trata-se de, não apenas corrigir distorções pontuais via mecanismos pragmáticos, mas definir estratégias que permitam a inclusão de seus habitantes no processo de evolução de suas forças produtivas, estimulando àquelas atividades onde sejam evidentes suas vantagens comparativas.

CONCLUSÃO

O processo de reestruturação produtiva vivenciado pela economia brasileira a partir dos anos 70, ao passo que permitiu a integração de algumas regiões na dinâmica nacional de desenvolvimento, contribuiu para que intensificassem as disparidades sócio-econômicas entre determinados cortes regionais.

Em Goiás, tal movimento seguiu essa lógica. Enquanto o centro-sul do Estado se beneficiou desse processo ampliando seu parque industrial, fortalecendo a agroindústria e o comércio locais, as demais regiões – especialmente o Nordeste goiano – assistia o recrudescimento de seu potencial competitivo, vis à vis, a ineficácia do setor público em implementar programas de incentivo ao crescimento que contemplassem, sobretudo, suas especificidades.

Os dados disponíveis, bem como os estudos realizados retratam isso. Como resultado, a contribuição do Nordeste goiano para o Estado é praticamente inexpressiva. Atualmente, essa região alcança péssimos índices de crescimento econômico e é oferecida, a sua população, uma qualidade de vida deficitária até mesmo em serviços básicos como saúde, educação e saneamento.

Diante disso, no anseio de se integrar como região partícipe do desenvolvimento econômico de Goiás e, conseqüentemente, elevar seu nível de competitividade, a região Nordeste tem buscado, no turismo, o estabelecimento de sua potencialidade econômica.

Ademais, nos últimos anos, o setor público apresenta como proposta de estímulo à expansão das atividades produtivas locais programas como o Nordeste Novo, cuja perspectiva é o fortalecimento da agroindústria e da atividade turística na região, incentivando, em parceria com a iniciativa privada, as atividades econômicas vinculadas a este setor

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, G.L. **Região e Identidade: a construção de um novo “nordeste” em Goiás.** Dissertação de Mestrado. IESA/UFG. Goiânia, 2003.

CHRISTALLER, W. *The central places in southern Germany.* Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1966.

CROCCO, M.A; DINIZ, C.C. **Reestruturação Econômica e Impacto Regional: o novo mapa da indústria brasileira.**Belo Horizonte: Nova Economia, v.6, n.1, jul.1996.

DINIZ, C.C; GUERRA, L.P; LEMOS, M.B. **A Nova Configuração Regional Brasileira e sua Geografia Econômica.** Revista de estudos econômicos, v.2, n.1, jul.2003.

ESTEVAM, Luís. **O Tempo da transformação “estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás”.** Goiânia-GO: UCG, 2004.

FREITAS, C.A.L.L de. **Goiás: quais os caminhos para o desenvolvimento?** . Conjuntura Econômica Goiana, Goiânia, n.04, mai. 2005.

_____. **Inserção e Perspectivas do Nordeste Goiano na Dinâmica Regional do Trabalho em Goiás.** Conjuntura Econômica Goiana, Goiânia, n.02, p. 36-40, nov. 2004.

Goiás: **Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás**

LÖSH, A. *The economics of location.* New Haven: Yale University Press, 1954.

MACIEL, V. F. **Abertura Comercial e Desconcentração das Metrôpoles e Capitais Brasileiras.** Revista de Economia Mackenzie, São Paulo, SP, ano 1, n.1, p. 37-64, 2003.

PERROUX, F. **A Economia do Século XX.** São Paulo: Heder.

RIGONATO, V.D. **As Múltiplas Fronteiras do Nordeste Goiano: microrregião da Chapada dos Veadeiros**, Goiânia, IESA/UFG, 2003.

XAVIER, G. L; FREITAS, C. A. L. L. de. **O Processo de Reestruturação Produtiva e as Modificações na Economia Goiana Pós Década de 1960**. In: III Seminário de Iniciação Científica da UEG/ I Jornada de Pesquisa e Pós Graduação, Anápolis, GO, out. 2005. CD-ROM.